

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA

Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes – CEP:

79031-902 – Campo Grande – MS - Telefones: (67) 3318-6142

E-mail: cbhrioivinhema@gmail.com

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às oito horas e trinta minutos,
2 aconteceu a **39ª Reunião Ordinária do CBH Ivinhema** de forma presencial, no Auditório
3 do Escritório Regional do IMASUL (Rua Joaquim Alves Taveira nº 3501, Vila Aurora, CEP
4 79823 050) – Dourados/MS. Estiveram presentes os **membros**: Douglas Leite Pereira
5 (Prefeitura Municipal de Batayporã); Carulina Gomes de Menezes (Prefeitura Municipal de
6 Dourados); Carlos Henrique Lemos Lopes (Sec. de Meio Ambiente, Desen. Econômico,
7 Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO); José Simeão do Nascimento Filho (Agência
8 de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER); Jcsé Daniel de Freitas Filho
9 (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Mayra de Oliveira Ribera Cavalheiro
10 (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul – AGESUL);
11 Gustavo Becker Modesto Silva (Prefeitura Municipal de Caarapó); Leonardo da Silva
12 Ramos (Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados – AEAGRAN); Ana
13 Beatriz Paiva Sá Earp de Melo (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração
14 Regional de MS - SENAR/MS); Sidinei Ambrosio Tambosi (Conselho Regional de
15 Engenharia e Agronomia de MS –CREA-MS); Bruno Pimenta Dias (Fundação Nacional do
16 Índio – FUNAI); Lenice Gomes da Silva Matos (Centro de Atenção Integral à Criança e ao
17 adolescente –CAIC); Cornélia Cristina Nagel (Prefeitura Municipal de Nova Andradina);
18 Tarcila Souza de Castro Silva (Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste – EMBRAPA);
19 Paulo Eduardo Lima (Associação dos Irrigantes do Estado de Mato Grosso do Sul –
20 AIEMS); Natália Machado Ribeiro de Moraes (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do
21 Sul – SANESUL); Daniele Coelho Marques (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
22 de MS – FAMASUL); Mário José Maffini (Grupo Plantio na Palha – GPP); Luis Otávio
23 Britto Fernandes (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brillhante – AEARB);
24 Eliane Maria Garcia (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL); e os
25 **convidados**: Wagner Alexandre Aparecido de Souza (Deméter Engenharia); Claudete de
26 Fátima Padilha de Souza Bruschi (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –
27 IMASUL); Marcia Cristina de Alcântara Silva (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso
28 do Sul – IMASUL); Liliane Candida Corrêa (Federação das Indústrias de Mato Grosso do
29 Sul - FIEMS); Luciano Jikimura (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –
30 IMASUL); Ana Laura Ribeiro Fernandes; Tauani França Prado; Luana Dias da Silva e
31 Josiane Barbosa Felipe. Abertura: A Presidente do CBH Ivinhema Daniele Coelho Marques
32 (Federação da Agricultura e Pecuária de MS - FAMASUL), iniciou a reunião, saudando a
33 todos os presentes e passou a palavra para a Sra. Rosiane (IMASUL – Unidade Dourados),
34 que se apresentou e em nome do chefe da Unidade deu boas vindas a todos e se colocou à
35 disposição para sugestões de melhorias para o espaço, agradecendo a presença de todos. Na
36 sequência, a Presidente Daniele (FAMASUL) justificou a ausência do 1º Secretário –
37 Leonardo Sampaio, contando com a presença do 2º Secretário - Leonardo da Silva Ramos.
38 Foi apresentada as justificativas de ausência das seguintes instituições: Fundação MS e
39 Prefeitura Municipal de Ivinhema. Seguindo, Daniele (FAMASUL) realizou a leitura da
40 pauta e empossou a Sra. Eliane (IMASUL). Informou que, referente a ata, houve
41 contribuições da Sra. Ana Beatriz (SENAR) e da Sra. Claudete (IMASUL). O Sr. José
42 Daniel (UFGD) solicitou a palavra e pontuou que não esteve na reunião anterior e que ficou
43 decepcionado com a decisão do Comitê quando aprovou o enquadramento em classe 4 e

44 muito em função de argumentos relacionados a custos da SANESUL e propôs ao Comitê
45 um olhar além das questões de despesas e custos, que devem também olhar às receitas, o
46 quanto está entrando de recursos para a empresa; explanou que o município de Dourados
47 possui Plano de Saneamento Básico, que é Lei, assim como será Lei o Enquadramento; que
48 o município possui abastecimento pela SANESUL, esgotamento sanitário pela SANESUL,
49 coleta de resíduos; que tudo isso impacta na contaminação difusa para piora da qualidade da
50 água. Pontuou que gostaria que quando trouxessem esses custos que envolvem a eficiência
51 do tratamento que trouxessem também as receitas; que ficam desviando do Instrumento da
52 Cobrança, que seria mais uma despesa e que a SANESUL está tendo um desconto por não
53 ter a implementação do Instrumento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, que este
54 valor já está no nosso bolso pelas Políticas Municipais, que isso tudo precisa ser considerado
55 para que não se votem em enquadramentos tão ruins como em Nova Andradina e também
56 nos trechos da bacia do córrego Água Boa. A Sra. Claudete (IMASUL) solicitou a palavra e
57 pontuou que em Nova Andradina está tudo ok e o único ponto é a questão da ETE de
58 Taquarussu, que não adiantava colocar Classe 2 porque são 10 (dez) anos o investimento,
59 mas para esclarecer que ficou tudo igual tinha passado pelo Grupo de Acompanhamento e
60 que todos os Conselheiros estavam de acordo, que foi este o ponto. A Presidente Daniele
61 (FAMASUL) pontuou que acha que o que está sendo discutido é sobre o próprio
62 enquadramento, que a decorrência dele é até o último ano, que ele começa com 4 (quadro)
63 em alguns quesitos, que teve esta novidade. O Sr. Daniel (UFGD) pontuou que o Água Boa
64 termina 2038 ainda com trechos em classe 4 na cabeceira; que gostaria de colocar para o
65 Comitê que essas coisas andam paralelas, que a gestão dos recursos hídricos tem que
66 conversar com o planejamento municipal; assim como o enquadramento é Lei, o Plano
67 Municipal de Saneamento Básico, que envolve esses quatro itens (esgotamento sanitário,
68 abastecimento, drenagem e resíduos) têm recursos entrando para a Prefeitura justamente
69 para cobrir essas despesas do enquadramento. A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal
70 de Dourados) explanou que toda vez o argumento da SANESUL gira em torno disso, que
71 vai onerar a população, mas que nunca foi apresentando um estudo de quanto isso iria onerar;
72 que na sua concepção é um argumento sem dado e todo enquadramento faz um estudo
73 técnico muito forte e que toda vez é este argumento que vai custar muito. E pergunta: Vai
74 custar quanto? Pontua que os representantes têm tempo para se preparar para a reunião; que
75 deveriam trazer quanto vai custar, para poderem decidir melhor e saber quanto vai custar
76 para o município pagar ao longo desses 20 (vinte) anos, que não se recorda de ter visto quanto
77 iria custar. Pontuou que outra questão a ser discutida é quanto às metas intercalando classes
78 entre os parâmetros; que acredita que não é porque o CONAMA não deixa explícito que não
79 pode alternar classe de parâmetros que isso é permitido, pontuou que questionou o pessoal
80 do IMASUL e da DEMETER, como eles entendem isso. Afirma que as propostas estão
81 vindo misturadas, pegando DBO da classe 2, OD da classe, misturando tudo e que acha
82 questionável, pontua que é suplente e que provavelmente não irá votar, mas aproveitou a fala
83 para expor sua visão. A Sra. Natalia (SANESUL) explicou que a questão que eles colocaram
84 na última reunião não é apenas o fato de onerar muito a população, que a questão é o que
85 eles estão falando desde o início, do rio que temos e do rio que queremos. Pontua que
86 deixaram muito explícito que é um grande investimento para se fazer a curto prazo, mas que
87 isso não significa que não vão fazer. Sobre a questão dos valores esclareceu que teria que
88 fazer uma concepção de um sistema que eles não têm, que os valores que possuem são
89 baseados no que já fizeram e que é um estudo que demanda tempo e muitos profissionais;
90 disse que conversou com Vagner (Deméter) para fazer esse tipo de modelagem. A
91 Sra. Carulina (Prefeitura Municipal de Dourados) questionou se não é possível estimar o
92 valor de quanto isso ia custar para a gente decidisse a favor ou contra! A Sra. Natalia
93 (SANESUL) afirmou que o que dá para fazer é o que o Vagner fez, que quando vai se fazer

94 um pós-tratamento, uma remoção de fósforo e de nutrientes, fazer essa estimativa de valor.
95 O Sr. Wagner (Deméter) pontuou que este valor é paramétrico, que se não houver a base
96 executiva, não adianta fazer dimensionamento, que é apenas para estudar uma possibilidade.
97 Esclareceu que ainda estão em uma base de planejamento do projeto, planejamento para
98 direcionar projetos executivos, Políticas Públicas que deve ser detalhados nesse nível e se
99 fizer uma modelagem econômica dentro do projeto de enquadramento, parte-se para outra
100 parte de projeto. A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal de Dourados) pontuou que esse
101 estudo caberia para a SANESUL, que é quem presta o serviço. O Sr. Wagner (Deméter)
102 pontuou que essa questão de estudar a receita, deve-se colocar as ideias no lugar para refletir
103 sobre as intenções e para onde vão ser levadas. O Sr. Daniel (UFGD) afirmou que não está
104 levantando coisas teóricas. Questionou quanto a SANESUL recebe pelo abastecimento de
105 água; quanto recebe pelo esgotamento sanitário, quanto a empresa que realiza a coleta do
106 resíduo recebe. O enquadramento não conversa com o saneamento básico porque a
107 Constituição Federal de 1988 separou a água do município, então se tem uma receita, quanto
108 está entrando e em 20 (vinte) anos quanto irá entrar; que não temos esse número para onde
109 que está indo esse recurso e tem que vir para a melhoria da eficiência, não adianta alegar que
110 vai cair no nosso bolso. Pontuou ainda, que nós já estamos pagando pela água tratada, pelo
111 esgoto, pela coleta de resíduos e que são essas as questões que gostaria de levantar. O Sr.
112 Wagner (Deméter) pontuou que são bem importantes esses pontos levantados pelo Daniel,
113 mas que de certa forma o enquadramento é uma coisa e essa discussão é importante no
114 ambiente do Comitê; que devesse relacionar com várias coisas e com isso vão observar que
115 são necessárias novas ações, conhecerem outras dinâmicas e que partir para o aspecto
116 econômico demanda uma série de ações; que algumas estão dentro dos estudos, outros não,
117 que as coisas ficam isoladas e a gestão é integrada. O Sr. Paulo Eduardo (AIEMS) pontuou
118 que o que vê dessa questão é que o Comitê tem votado em função do parecer econômico;
119 que a SANESUL diz que não tem recurso; se a SANESUL não consegue dão a chance para
120 que ela toque isso mais para frente, mais 5 (cinco) anos e em 5 (cinco) anos enquadra
121 novamente. O Comitê está votando de acordo com a situação econômica? Sim está. O Sr.
122 Wagner (Deméter) afirma que não é somente isso. O Sr. Paulo Eduardo (AIEMS) afirma que
123 eles precisariam ter uma noção maior das coisas. Se a SANESUL vai gastar em 20 (vinte)
124 anos, por exemplo, 1 (um) milhão para fazer essas melhorias, mas neste intervalo vai receber
125 2 (dois) trilhões então tem recursos e o Comitê deve colocar metas mais fortes dentro desse
126 processo, pois se querem um futuro melhor devem alinhar essas questões. A Sra. Carulina
127 (Prefeitura Municipal de Dourados) pontuou que aprovam um enquadramento em uma
128 classe pior em função desse argumento da SANESUL. A Sra. Natalia (SANESUL) expõe
129 que uma coisa é o rio que podemos ter e que não estão falando que não vão melhorar a
130 qualidade ou que não vão fazer, vão fazer, mas dentro de um certo período de tempo, agora
131 o rio idealizado é outra coisa; o que dá para fazer é trazer alguém do setor de projeto para
132 explicar como funciona. Pontuou que entende que os membros têm uma visão de que é tudo
133 muito fácil e não é. Informou que a Deméter tem os planos de investimento da SANESUL
134 ao longo de 30 (trinta) anos e por isso estavam vendo esses dados e as modelagens e que
135 entende que a SANESUL é o usuário que mais apanha. O Sr. Daniel (UFGD) pontuou que
136 a indústria é controlada e a SANESUL não. A Presidente Daniele (FAMASUL) expôs que,
137 como usuária, quando vem um regramento para o agro eles não sabem também como fazer,
138 usando como exemplo a técnica do plantio direto; pontuou que tiveram que se reinventar
139 para atender as demandas da sociedade moderna, que tiveram que buscar novas tecnologias.
140 A Sra. Natalia respondeu que estão buscando e pontuou que não disse que não vão fazer e
141 que já foi votado na reunião passada. A Presidente Daniele (FAMASUL) disse que entende
142 e que este é o apelo do grupo, que a Sra. Natalia representa a ponte para entidade dela e que
143 se os funcionários que trabalham com projeto vão saber explicar melhor que poderá

instituto

144 convidá-los para participar da reunião. A Sra. Cornélia (Prefeitura Municipal de Nova
145 Andradina) explanou que seria adequado trazer dados mais concretos em termos de
146 arrecadação e não só do investimento a longo prazo. Queremos dados da arrecadação de
147 cada município. A Sra. Natalia (SANESUL) explanou que os valores e projetos já foram
148 discutidos, que precisa de uma equipe para concepção; que em relação a isso já consultou e
149 já viu que não seria possível, que é uma demanda muito grande e que leva muito tempo,
150 informando que é outro tipo de estudo, não sendo este o foco do enquadramento; sobre a
151 arrecadação informou que irá verificar. A Presidente Daniele (FAMASUL) pontuou que para
152 o município que vai enquadrar é importante ter essa informação. A Sra. Natalia (SANESUL)
153 disse que não foi solicitado anteriormente. O Sr. Vagner (Deméter) disse que não vê prejuízo
154 para se aprovar a proposta, pois o objetivo do enquadramento é melhorar a qualidade do
155 curso hídrico; que elaboraram uma série de cenários, mas o que embasa o projeto do
156 enquadramento é a qualidade; pontuou que fazem uma série de modelagem, considerando a
157 operação da SANESUL no município e também sem essa operação, analisando como seria
158 os diversos cenários, sem aspectos financeiros, ou vamos ter um olhar para adequar de forma
159 gradativa e foi esse olhar que o grupo técnico tentou trazer. Informou que hoje o
160 enquadramento do Baile não possui nenhum trecho classe 4 na meta final, mas é gradativo.
161 Que deve-se ter metas intermediárias e progressivas; que não é possível pular de um
162 horizonte do marco zero e de imediato querer que as coisas aconteçam e temos que estar
163 pautado na qualidade para tomarmos a decisão, que ela vai refletir na econômica; que um
164 estudo de um cenário dá um trabalho tremendo e que no final foi simulado entre 8 (oito) e 9
165 (nove) cenários, que vai incorrer em despesas, mas a decisão do Comitê está pautada em
166 melhorar a qualidade, que vão em um nível máximo de melhoria, sendo muito restritivos ou
167 não; que uma base de modelagem econômica financeira tem que se estudar todo fluxo de
168 caixa de cada usuário e que há outros pormenores que dificultam, que tem-se 68 (sessenta e
169 oito) municípios que não se pagam então tem investimento cruzado. Explanou que se
170 pegarem uma bacia que já é problemática, que não tem receita adequada, outro município
171 estará pagando por aqueles custos. O Sr. Daniel (UFGD) questionou que não entende a
172 empresa Deméter defender a SANESUL, uma vez que a empresa não faz parte do Comitê e
173 que a representante do segmento Usuário está presente. O Sr. Vagner (Deméter) pontuou
174 que a empresa foi contratada para fazer o enquadramento e não modelagem econômico-
175 financeira e o objetivo é não perder o foco no enquadramento. O Sr. Daniel (UFGD)
176 explanou que estão discutindo recursos hídricos e não a contabilidade da SANESUL. O Sr.
177 Mário (AEAGRAN) citou o exemplo de Israel e a questão dos recursos hídricos, que
178 reutilizam a água do esgotamento sanitário; citou também o exemplo do Nordeste, em que
179 foi feito um duto para utilizar a água do esgotamento sanitário para irrigação e que lá não se
180 pode captar água pois está contaminada, logo acredita que precisa se pensar sobre isso. O
181 Sr. Paulo (AIEMS) pontuou que será discutido o tema da água de reuso na próxima reunião
182 do Conselho e será discutida a normatização, sendo esta outra fonte de renda e uma redução
183 da poluição do rio, que indiretamente estaria colaborando com a melhoria dessa qualidade.
184 Afirmou que está aprendendo muito nas reuniões do Comitê e que sente também que falta
185 muita informação para se fazer um juízo perfeito de algo que estão votando, que é uma
186 responsabilidade muito grande e que as vezes se sente muito incapacitado. A Sra. Claudete
187 (IMASUL) solicitou a palavra e pontuou que no momento dos informes será passado sobre
188 a reunião do Conselho Estadual e que na pauta consta o enquadramento e questionou quantos
189 membros do Ivinhema participam também do Conselho; pontuou que sobre os
190 questionamentos do Daniel (UFGD) que é natural querer mais informações; informou que o
191 Vagner (Deméter) fará uma apresentação e que é necessário um tempo para processar todas
192 as informações e amadurecer a ideia, e que os membros podem querer mais detalhes para
193 decidir o que é melhor para a bacia; que o Órgão Gestor irá acatar o que for deliberado.

194 Sugeriu que a Presidente Daniele (FAMASUL) reforce algumas falas que foram ditas e que
195 está ciente que ao longo do processo, dos planos que irão chegar na classe desejada, mas
196 diante da atual condição, que já foi apresentada não é possível. Pontuou também que se
197 necessário a Presidente faça uma defesa na reunião do Conselho para esclarecer os demais
198 membros, e que nas atas constam muitas informações que podem auxiliá-la. Afirmou que
199 houve um amadurecimento muito grande do Comitê do Ivirehema com as discussões
200 apresentadas. A Presidente Daniele (FAMASUL) questionou se algum membro gostaria de
201 pontuar algo sobre esse assunto, não havendo, afirmou que foi uma votação e que fica a
202 reflexão de cada membro sobre o exposto na reunião para os próximos passos do Comitê. O
203 Sr. Luciano (IMASUL) pontuou para os membros para aproveitarem a apresentação e a
204 presença do Sr. Vagner (Deméter) para sanar as dúvidas e que também podem mandar via
205 e-mail as contribuições. A Sra. Eliane (IMASUL) explicou que se necessário, poderá ser
206 discutido um tempo maior para análise. Dando sequência a reunião, a Presidente Daniele
207 (FAMASUL) passou para o item **1- Aprovação da ATA da 38ª Reunião Ordinária**, sendo
208 aprovada por unanimidade. A seguir, passou para o item **2- Deliberação do Estudo de**
209 **Enquadramento do Córrego Laranja Doce** da pauta, ressaltando que a SINERGIA
210 também justificou ausência. Com a palavra, o Sr. Vagner (Deméter) se apresentou e iniciou
211 a apresentação, fazendo uma breve explanação sobre a discussão anterior, informando que a
212 ideia é defender esse projeto, mas dissociando qualquer posição para usuário, explicou que
213 expõe as dificuldades e pontua sobre separar assuntos dos temas tratados, que pode fazer
214 uma pausa para explicar as temáticas diferentes, mas que a ideia é focar no estudo de
215 enquadramento. Informou que será uma breve apresentação de toda discussão já realizada
216 sobre o Laranja Doce e no final irá apresentar a minuta de deliberação. Demonstrou a
217 estrutura da apresentação, sendo constituída pelas etapas do processo de enquadramento os
218 estudos, as etapas de validação e ao final a proposta de enquadramento. Demonstrou que já
219 foram elaborados os conteúdos técnicos do diagnóstico, prognóstico e proposição, já
220 apresentado ao Comitê para apreciação. Informou que o Grupo de Trabalho realizou a
221 análise dos projetos, bem como foram realizadas 2 (duas) reuniões anteriores com o Comitê
222 para discutir os projetos; foi realizado o evento no município, em que foram apresentados os
223 resultados e a modelagem; seguindo o rito programado, o próximo passo seria levar ao
224 Conselho Estadual, tendo a deliberação da proposta de enquadramento. Informou que as
225 etapas de enquadramento foram elaboradas pela Deméter e realizado acompanhamento pelo
226 Grupo de Trabalho, onde foram discutidos cenários de modelagem, até formalizar a versão
227 prévia para discutir junto ao Comitê. Após formalizado e deliberado, a minuta será
228 encaminhada para o Conselho Estadual para validação do produto. Discorreu quanto a
229 elaboração do Plano de Trabalho, elaborado antes de iniciarem o diagnóstico, estabelecendo
230 os pontos de monitoramento, seguindo com os trabalhos técnicos, a modelagem de qualidade
231 na etapa do prognóstico, com o plano de investimento em melhoria no sistema e ampliação
232 de Estações de Tratamento de Esgoto dos sistemas produtivos, realizando todas as
233 concepções dos modelos de qualidade na etapa do prognóstico. Informou que os estudos são
234 de projeto de planejamento, que irá dar uma base para o órgão gestor, para o município e os
235 usuários apresentarem resultados, buscarem recursos para viabilizar ações; possibilitando
236 discussões para chegarem em uma proposta de enquadramento, dando um passo de cada vez,
237 fazendo uma concepção econômica para bacia. Apresentou a proposta de enquadramento,
238 explicando que se discutiu muito a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e que houve
239 uma demanda maior no Santana e Apuré para se considerar outros parâmetros como
240 nutrientes, coliformes e montar uma minuta com outros parâmetros; que anteriormente
241 estavam trabalhando só com DBO, desde o Água Boa, que não se teve a visão de classe para
242 nutrientes e outros parâmetros; tem algumas hipóteses de trabalho e pontuou que se forem
243 obter todos os parâmetros terão que escolher uma classe inferior para enquadrar, obter todos

Handwritten signature

244 os parâmetros e definir um parâmetro somente pode permitir uma piora da qualidade do
245 curso hídrico e que uma das saídas era olhar outras Resoluções em outros Comitês.
246 Chegaram ao consenso que alguns Comitês, como o PCJ por exemplo, fazem para DBO a
247 classe é 2, então quando for ter outorga será classe 2, se for simulação para fins de
248 licenciamento do empreendimento, terá uma especificidade diferente, então o órgão já está
249 limitando o poluente, sendo tecnicamente e legalmente possível misturar os parâmetros.
250 Acredita ser até mais seguro para o órgão deliberar sobre, outorga e licenciamento, pois
251 conseguem olhar a montante do empreendimento, para não alterar essa concentração. No
252 Baile o objetivo é olhar sempre a montante, sem interferência pontual, seguindo esse
253 princípio para definir a meta final. A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal de Dourados) fez
254 uso da palavra, questionando se a classe atual da DBO vai ser o mesmo valor até a meta
255 final. O Sr. Vagner (Deméter) pontuou que para não chegar num nível muito restrito para
256 manter as condições econômicas e sociais. A classe já estava boa e já possui alguns
257 lançamentos que interferem na qualidade, mas a curto prazo não iria alterar o limite de classe
258 2. Olhando para a qualidade do Laranja Doce, não é crítica como do Água Boa, ou do Baile,
259 que possui menor vazão. Para DBO a qualidade evidenciada em boa parte do trecho é classe
260 2 e OD 3, é delicado definir com base somente no Oxigênio Dissolvido (OD). Pontuou que
261 é só um trecho o que a Carulina questionou; exemplifica que se implantarem um
262 empreendimento que está pleiteando uma outorga, irão olhar esses parâmetros, se não está
263 alterando o que está vindo a montante deste trecho. Partindo para o segundo trecho tem uma
264 interferência pontual, estava 2 virou 3, que de imediato ainda não se consegue resolver o
265 problema, mas para DBO já tem previsão de investimento para resolverem essa
266 problemática. Para OD continua 3. O Sr. Paulo (AIEMS) questionou se o empreendimento
267 estaria na classe 3 até 31 dezembro de 2027 e partir de 1 janeiro de 2028 já seria classe 2, se
268 ele vai ter que se adequar para essa condição, sendo respondido pelo Sr. Vagner que sim e
269 na sequência apresentou as outras propostas para os demais trechos do córrego. O Sr. Daniel
270 (UFGD) explanou que leu na ata que não existe uma regra para gradação, assim, uma vez
271 que a eficiência do tratamento do efluente realizada é imediata e até 2037 não haverá nenhum
272 investimento para tratamento de esgoto pela SANESUL, o marco final que irão atingir e
273 além do investimento na infraestrutura na ETE, universalização do saneamento, tem que
274 ampliar a rede e fazer toda infraestrutura, com novos módulos de tratamento até a data
275 estipulada. O Sr. Vagner (Deméter) informou que nem sempre serão realizados trabalhos na
276 ETE, mas também obras de ampliação da rede de forma gradativa. O Sr. Daniel (UFGD)
277 pontuou que há uma incoerência, pois se vai aumentar a rede com a universalização,
278 consequentemente haverá maior volume e coleta de efluente a ser tratado; sem ter
279 investimento na eficiência e com aumento de efluente vai haver piora na qualidade da água,
280 em função de maior volume. Afirma ser incoerente manter classe 3 naquela sequência do
281 trecho; que fica difícil compreender que quando alega parâmetros da Política Municipal de
282 Saneamento ela está atrelada a receita, que por acaso, mesmo não tendo sua ligação à rede
283 de esgoto já estão pagando por ele; sobre isso que alega precisar de mais esclarecimentos
284 para alinhar esses instrumentos, que são a Política Municipal de Saneamento Básico e a
285 Política Estadual de Recursos Hídricos. O Sr. Vagner (Deméter) explanou que está
286 considerando os instrumentos, mas não considera a política de cada setor, principalmente as
287 metas do PMSB e pontua que mesmo aumentando a rede e a demanda da ETE, não
288 necessariamente irá piorar a qualidade, pois já se tem dimensionado uma vazão máxima de
289 efluente que permite realizar essa ampliação, a infraestrutura já prevê esse aumento. O Sr.
290 Daniel (UFGD) pontua que na realidade estão mantendo as classes, mesmo com o aumento
291 população, o que irá dificultar e evitar que aumente a poluição; que se deve manter menos
292 como já está. O Sr. Vagner explicou que buscou nesse estudo trazer informações mais
293 recente publicadas e que alguns instrumentos estão desatualizados. Informou que vão direto

294 na fonte buscar o dado. Pontuou que o enquadramento é pormenorizado naquela bacia,
295 fornecendo mais detalhes e uma aproximação muito além do Plano de Saneamento, pois vão
296 atrás de quem está operando o sistema. O Sr. Mário (AEAGRAN) questionou se o uso de
297 biodigestor não elimina coliformes. A Sra. Natalia (SANESUL) explicou que teria que ver
298 a concepção do tratamento e se seria eficiente para o modelo de tratamento utilizado. O Sr.
299 Mário (AEAGRAN) questiona se na suinocultura não elimina? A Sra. Liliane (FIEMS)
300 explicou que o tipo de efluente é diferente. O Sr. Mário (AEAGRAN) pontua que acredita
301 que no sistema da suinocultura nos biodigestores os coliformes são eliminados. A Sra.
302 Liliane (FIEMS) pontuou que ele é adequado para área rural, para tratamento de dejetos
303 animais pela alta carga orgânica, porém que pode não ser tão eficiente para dejetos humanos
304 e em área urbana que há cargas difusas; há bibliografias, como da FUNASA, que detalham
305 mais sobre o funcionamento do biodigestor. O Sr. Mário (AEAGRAN) questiona quantos
306 litros de água por pessoa por dia na cidade? A Sra. Claudete (IMASUL) responde que é
307 variável, mais entre 120 a 150 litros por pessoa dia, a característica do efluente é diferente;
308 e pontuado pelo Sr. Luciano (IMASUL). A Sra. Claudete (IMASUL) solicitou a palavra para
309 complementar ao Sr. Daniel (UFGD) que a situação relatada na Ata não dava para ser
310 analisada porque era para aquela situação específica de Taquarussu. Nos outros casos, como
311 talvez aqui e para outros enquadramentos, é de melhoria de ampliação. Parece que não dá
312 para generalizarmos, é um estudo local. O Sr. Vagner (Deméter) prosseguiu com a
313 apresentação, demonstrando os valores propostos de classes propostas para cada parâmetros,
314 enquadrando os trechos do curso d'água para longo prazo, conforme segue: **Córrego**
315 **Laranja Doce – Trecho CLD-01:** DBO5,20 Classe 2, OD Classe 3, Nitrogênio amoniacal
316 Classe 2, Nitrito, Nitrato e Fósforo total Classe 3 e Coliformes termotolerantes classe 2;
317 **Córrego Laranja Doce - Trecho CLD-02.1 e CLD-02.2:** DBO5,20 Classe 2, OD Classe 3,
318 Nitrogênio amoniacal Classe 2, Nitrito, Nitrato, Fósforo total e Coliformes termotolerantes
319 Classe 3; **Córrego da Lagoa – Trecho CDL-01:** DBO5,20 Classe 2, OD Classe 3,
320 Nitrogênio amoniacal Classe 2, Nitrito, Nitrato e Fósforo total Classe 3 e Coliformes
321 termotolerantes Classe 2; **Córrego Laranja Azeda – Trecho CLA-01:** DBO5,20 Classe 2,
322 OD Classe 3, Nitrogênio amoniacal Classe 2, Nitrito e Nitrato Classe 3, Fósforo total Classe
323 4 e Coliformes termotolerantes Classe 2; **Córrego Laranja Azeda – Trecho CLA-02:**
324 DBO5,20 Classe 2, OD Classe 4, Nitrogênio amoniacal Classe 2, Nitrito e Nitrato Classe 3,
325 Fósforo total Classe 4 e Coliformes termotolerantes Classe 2 e por fim, **Cursos hídricos em**
326 **terra indígena – Arroio Jaguapiru e Córrego Sem Denominação - Classe atual:**
327 DBO5,20 Classe 1, OD Classe 1, Nitrogênio amoniacal Classe 2, Nitrito e Nitrato Classe 3,
328 Fósforo total Classe 2 e Coliformes termotolerantes Classe 3. O Sr. Vagner (Deméter)
329 pontuou que o córrego está no limiar da área urbana e que precisam ser feitas algumas ações,
330 buscando estabelecer políticas de saneamento que é deficiente na área. Pontuou também que
331 a área ainda possui uma boa qualidade, mas carece de ações para que essa qualidade se
332 mantenha, pois, as comunidades indígenas usam essa água. O Sr. Mário (AEAGRAN)
333 questionou se na aldeia só obtiveram os valores para a classe atual. O Sr. Vagner (Deméter)
334 respondeu que só foi feito o monitoramento no Jaguapiru, que possui duas interfaces, uma
335 margem é do domínio do Estado e a outra de terras indígenas, domínio da União. O Sr. Mário
336 (AEAGRAN) questionou também que se a população indígena está aumentando e que a
337 tendência é processo de urbanização nas aldeias, não adianta manter este trecho conservado
338 e os demais com classes inferiores, pois irá contaminar essa área. O Sr. Vagner (Deméter)
339 esclareceu que com base no monitoramento, deve-se estabelecer ações para garantir a
340 qualidade, visto que essa bacia possui essa especificidade, terão que fomentar ações para
341 promover o saneamento básico nessas comunidades indígenas; estabelecer políticas de
342 saneamento melhores ali dentro, envolvendo também a União. O Sr. Bruno (FUNAI)
343 pontuou que mesmo sendo terra indígena e as questões de dominialidade, esse fato não evolui

11.01.08

344 o município de executar ações na região. O Sr. Vagner (Deméter) explanou que deve ser
345 uma ação conjunta em prol da melhoria das condições do saneamento da região. O Sr. Mário
346 (AEAGRAN) pontuou que com o crescimento da população e da urbanização nas aldeias e
347 no seu entorno, citando também o lançamento de agrotóxico proveniente das lavouras, não
348 se pode pensar separadamente, das classes a montante. O Sr. Vagner pontua que a meta é
349 manter a qualidade atual do curso hídrico na área e reforça as ações que precisam ser feitas
350 referente ao saneamento. O Sr. Daniel (UFGD) pontuou que há trechos que estão em classe
351 4 e continuam em classe 4 como meta final. O Sr. Vagner (Deméter) pontuou que está
352 separado de acordo com os parâmetros, que precisa ser analisado com base em cada
353 parâmetro. Apresentou que a classe será diferente para cada parâmetro; que foram
354 consultadas várias instituições, que esta decisão é em prol da melhoria, mas colocaram as
355 metas ac final para dar tempo de se adequarem. Pontuou que o enquadramento pode ser
356 revisado para revisar rever as metas; essa é a ideia da gestão para aprimorar os projetos. O
357 Sr. Daniel (UFGD) questionou a baixa eficiência do tratamento em Douradina, sendo
358 respondido pelo Sr. Vagner (Deméter) que Douradina possui uma eficiência mais baixa,
359 porém a vazão é baixíssima; explicou que no curso hídrico não faz diferença, que não irá
360 trazer grandes impactos no curso hídrico. Pontuou que o impacto varia com a vazão,
361 concentração e com a capacidade do corpo receptor em diluir o efluente, esclarecendo
362 também que os valores não foram definidos pela empresa. O Sr. Daniel (UFGD) fez um
363 paralelo dizendo que se existisse o Comitê de Bacia do Pardo, teriam condições de
364acomparar como Campo Grande lidaria com isso, como é a eficiência da Águas Guariroba,
365 usuário como a Sanesul, que ficam “dando murro em ponto de faca”, aprendendo do zero e
366 que Campo Grande não tem essa discussão em Comitê, não tem Plano de Bacia e não tem
367 necessidade de discutir Enquadramento de forma participativa. Gostaria de saber como a
368 Águas Guariroba faz seu tratamento e qual a eficiência; se o Comitê está no caminho certo,
369 se estão dando aval para continuar o sistema de poluição das águas; pontuou que ficam
370 votando no escuro, legitimando um processo que talvez não seja o mais indicado e que o
371 tempo irá mostrar se o Comitê cometeu erros por falta de informação, por desconhecimento,
372 mas que é um processo participativo. O Sr. Paulo Eduardo (AIEMS) questionou se em cinco
373 anos é possível revisar essas metas. O Sr. Vagner (Deméter) explanou que é possível a
374 revisão e até mesmo para avaliar se alcançaram as metas, se precisam mudar algo e pontuou
375 que, como consultor, acredita que estão seguindo um caminho coeso e que precisam
376 aprimorar a discussão; que com erros vão aprender e acertar. Em relação a Campo Grande,
377 pontuou que estão mais adiantados com as discussões e que o município possui o
378 enquadramento do Anhanduí. Pontuou que estão seguindo o que a legislação preconiza e
379 que terão que alinhar, com olhar múltiplo para os usos da água e pactuar compromissos. O
380 Sr. Daniel (UFGD) pontuou que a Bacia do Pardo não tem Comitê, que não há
381 enquadramento e Plano de Bacia, que não existe enquadramento sem Comitê de Bacia, que
382 é condição para esse Instrumento. A Presidente Daniele (FAMASUL) afirmou que existe o
383 enquadramento do Anhanduí e os cursos d’água não enquadrados são classificados como
384 classe 2, pontuando que não é pré-requisito ter Comitê para realizar o enquadramento. O Sr.
385 Daniel (UFGD) discordou e explanou que quem aprova o Plano e os Enquadramentos é o
386 Comitê, que estão legitimando as ETES a se enquadrarem na lei, lançando os efluentes de
387 acordo com a classe daquele trecho, logo se o efluente é classe 4 dentro de 30 anos, o rio
388 terá que ser classe 4. O Sr. Tambosi (CREA-MS) explanou que se evoluiu muito em relação
389 a Campo Grande e a outros Comitês de Bacia, com as discussões e que o Comitê está
390 seguindo um caminho bacana, com fundamentações técnicas, que estão avançando. O Sr.
391 Vagner (Deméter) pontuou que o próximo passo é discutir no Conselho Estadual, que se for
392 preciso podem voltar para discutir no Comitê novamente. Que ao abrir para votação a
393 proposta o usuário deverá se adaptar a classe do curso hídrico, ao longo do tempo, e não o

394 contrário. Agradeceu a todos e finalizou a apresentação. A Presidente Daniele (FAMASUL)
395 questionou como proceder, se vão deliberar sobre o enquadramento. O Sr. Paulo informou
396 que se sentia à vontade para votar. O Sr. Daniel (UFGD) comunicou que votará contra até
397 que houvesse esclarecimentos de gestão, por exemplo, até que ponto o Conselho Estadual
398 pode deliberar sobre isso; até que se tenha conhecimento do papel e da responsabilidade de
399 cada um em continuar aprovando e talvez solicitar ao Ministério Público, à Agência
400 Nacional de Águas para mandar especialistas, pois ficou em dúvida. Pontuou que se não há
401 necessidade do Comitê para ter Plano, qual a responsabilidade nos próximos anos; se o que
402 está nos livros não é o mesmo que está na legislação do Mato Grosso do Sul; questionou
403 esse conflito e informou que vota contra a deliberação do enquadramento do Laranja Doce.
404 A Presidente Daniele (FAMASUL) questionou aos presentes se iam ou não votar no material
405 apresentado. O Sr. Bruno (FUNAI) informou que vota contra a deliberação neste dia, pois
406 terá que se ausentar da reunião e também por concordar com as questões levantadas pelo Sr.
407 Daniel (UFGD). A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal de Dourados) comunicou que não
408 votará, pois é suplente e que gostaria de conversar com o IMASUL e Deméter, sobre
409 elaborarem um parecer jurídico, pois tem receio de futuros questionamentos pelo Ministério
410 Público e do material entrar em conflito com a Resolução CONAMA; que seria importante
411 ter uma consulta jurídica para trazer para os municípios. A Presidente Daniele (FAMASUL)
412 questionou ao IMASUL se é possível trazer uma apresentação das legislações referentes ao
413 enquadramento. O Sr. Luciano (IMASUL) esclareceu que sim, porém não há nenhuma
414 legislação que versa sobre a análise de vários parâmetros para o enquadramento e
415 complementando o Sr. Vagner (Deméter) informou que estão analisando da mesma forma
416 que foi realizada no Comitê do PCJ, que já existe Comitês que fizeram dessa forma e acredita
417 que vão voltar na mesma situação e discussão, perdendo tempo. A Sra. Carulina (Prefeitura
418 Municipal de Dourados) solicitou que se registre tudo em Ata, caso sejam questionados no
419 futuro, terão as falas da Deméter, e de todos sobre a questão. A Sra. Natalia (SANESUL)
420 informou que houve uma reunião com a Gerência de Licenciamento Ambiental (GLA) e que
421 foi acatado esta forma de análise dos parâmetros para definir a classe. O Sr. Vagner
422 (Deméter) explicou que foi uma demanda que surgiu no Comitê do Santana-Aporé; que foi
423 discutido com IMASUL e com o GLA, que está tudo documentado e não houve nenhum
424 entrave; pontuou, ainda, que foi bem discutida essa possibilidade e houve consulta ao
425 jurídico da empresa. A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal de Dourados) esclareceu que a
426 solicitação é em função dos recorrentes questionamentos feitos pelo Ministério Público, que
427 é importante estar todas as falas na ata, caso precise ser consultado futuramente tudo o que
428 foi debatido. O Sr. Vagner (Deméter) pontuou que se houver questionamentos a empresa
429 poderá ajudar. A Presidente Daniele (FAMASUL) explicou que o Ministério Público pede
430 para não participar justamente por ser um órgão imparcial; que a partir do momento que
431 apresentam as explicações técnicas eles entenderão. A Sra. Carulina (Prefeitura Municipal
432 de Dourados) informou que tem um peso diferente, que são cobrados. A Presidente Daniele
433 (FAMASUL) pontuou que sabem o quanto são demandados, principalmente quanto a
434 fiscalização. A Sra. Natalia (SANESUL) pontuou que é possível também questionar o setor
435 de licenciamento do IMASUL, que também são extremamente questionados. A Sra. Carulina
436 (Prefeitura Municipal de Dourados) informou que entendeu todos os argumentos e
437 explicações, mas por ser uma instituição superior, precisam se resguardar. O Sr. Daniel
438 (UFGD) pontuou que se for possível, que leve o parecer jurídico para o Conselho votar,
439 explicando o porquê foi feito desta forma, para não haver dúvidas. Seguindo para a votação,
440 a Sra. Eliane (IMASUL) informou que caso o titular não esteja presente, o suplente tem
441 direito ao voto. A Sra. Claudete (IMASUL) pontuou que quanto as exigências do Ministério
442 Público, a Lei é muito clara, e dentro do documento de uma deliberação ou resolução, que
443 dispõe sobre esse instrumento que o Conselho fala sobre a questão do enquadramento.

444 segundo a Sessão II, art. 9º e procedeu com a leitura do trecho citado, pontuando ainda que,
445 dentro da Lei, estão atendendo ao que versa a Política Estadual e que não há nada que possa
446 impedir de votar, independente de esclarecimentos ou não. O enquadramento é a nível de
447 planejamento, que o que vão tentar melhorar está dentro das metas e programas, não sendo
448 produtivo agendar uma nova reunião para votação. Com base na legislação estão
449 resguardados e tem outro documento, informa que se em determinada bacia não há Comitê,
450 é o órgão gestor que define, não necessariamente precisa ter o comitê para implementar os
451 instrumentos. O Sr. Daniel (UFGD) explanou que não colocou em dúvida a aplicação dos
452 instrumentos, pontuou que para a continuidade do processo de gestão de recursos hídricos
453 dentro do Comitê do Ivinhema, como representante da UFGD, solicitou que se tenha uma
454 explicação sobre como os instrumentos funcionam, o que depende do Conselho e do Comitê,
455 pois existe uma discordância entre um membro e a mesa diretora. Quanto ao processo de
456 votação informou ser contrário por ter Classe 4 ainda em 2043, que é um critério básico para
457 não votar a favor, que não se tenha Classe 4 dentro de 30 anos de gestão. A Presidente
458 Daniele (FAMASUL) pontuou que vai trazer os esclarecimentos, que está dentro do Plano
459 de Comunicação e que é papel do Comitê esclarecer quais são suas competências. O Sr.
460 Paulo Eduardo (AIEMS) pontuou que como membros do Comitê, com os novos que estão
461 chegando, estão aprendendo todos os dias e ainda há um longo período de aprendizado;
462 sugeriu que o IMASUL elabore uma cartilha para entregar aos novos membros, com o
463 conteúdo necessário para que o membro entenda as competências e responsabilidades do
464 Comitê. A Sra. Eliane (IMASUL) explanou que quando há membros novos são passadas as
465 informações necessárias, temos vídeos elaborados que são repassados pelo WhatsApp e que
466 tem também cursos no site da Agência Nacional de Águas (ANA) mas que podemos elaborar
467 o material, porém o membro deve assumir o compromisso e fazer sua parte. A Presidente
468 Daniele (FAMASUL) explanou que os produtos sobre o enquadramento estão todos
469 disponíveis e que é um compromisso do membro ler e chegar com as dúvidas e
470 contribuições, para que a apresentação não seja uma novidade. A Sra. Claudete (IMASUL)
471 pontuou que o que estão solicitando é quanto ao suporte legal. A Presidente Daniele
472 (FAMASUL) respondeu que já está combinado e que irão trazer. O Sr. Tambosi (CREA-
473 MS) questionou como funciona o enquadramento na Política de Recursos Hídricos, quando
474 não está enquadrado é tudo Classe 2; então o IMASUL seria mais restritivo. Pontuou que se
475 colocar na classe mais real e a tendência é ser pior a qualidade um pouco, parece que se
476 deixasse tudo classe 2 seria melhor. A Presidente Daniele (IMASUL) esclareceu que a
477 Classe 2 foi estabelecida arbitrariamente, em todo o estado. No enquadramento realizado
478 pelo Comitê olha-se para o rio que temos e o rio que queremos e fazer o plano de ação,
479 olhando para realidade; se não é Classe 2 o que se pode fazer para ficar mais próximo do
480 ideal?; pontuou ainda que alguns cursos são enquadrados como classe especial, que é ainda
481 mais restritivo que a Classe 2. Essa tendência é porque os pontos enquadrados estão em
482 lugares próximos da cidade e núcleos industriais, mas são os melhores lugares para se viver,
483 pois já existe infraestrutura, buscando melhor qualidade de vida quando se trata de recursos
484 hídricos. O Sr. Vagner (Deméter) pontuou que de certa forma, a classe 2 para os cursos não
485 enquadrados é uma ilusão, pois pode haver uma condição melhor ou pior, por isso é
486 importante identificar a realidade dos usos, discutir os dados; a capacitação é importante, os
487 cursos da ANA são rápidos e sobre gestão e é importante para os membros e nem sempre os
488 Comitês usam esse recurso; pontuou também que é importante fazer questionamentos.
489 Esclareceu que podem discutir por mais um ano, mas a situação não vai mudar; a equipe que
490 montou o estudo tem ART e apesar de não haver um parecer jurídico, a consultoria possui
491 os advogados e sobre haver questionamentos do MP terão embasamento para responder. A
492 Presidente Daniele (FAMASUL) iniciou o processo para votação do enquadramento,
493 informando que estão presentes 14 titulares e 6 suplentes com direito a voto, colocando em

494 votação a Deliberação n. 34. O enquadramento foi aprovado pela maioria dos presentes, com
495 2 (dois) votos contra do Sr. Daniel (UFGD) do Sr. Bruno (FUNAI) e 2 (duas) abstenções
496 dos membros Gustavo (Prefeitura Municipal de Caarapó) e Eliane (IMASUL). A Presidente
497 Daniele (FAMASUL) abriu a palavra para os informes gerais, sendo realizado o convite ao
498 Comitê pela Sra. Claudete (IMASUL) para participarem da reunião do Conselho Estadual,
499 por meio virtual, informando que irá enviar o link de acesso e que a pauta prevista será sobre
500 reuso, a certificação do PROCOMITÊ e as deliberações dos enquadramentos do Baile e do
501 Laranja Doce. Aproveitou para informar que o Ivinhema cumpriu 100 % das metas do
502 PROCOMITÊ e que a ANA solicitou um documento sobre a revisão do Plano, mas não foi
503 feita esta revisão e que está em vigência até 2023, mas a revisão é uma meta. Decidiu-se por
504 deliberar sobre o assunto junto a Câmara Técnica. Informou também sobre o XXIV ENCOB,
505 que em função do recurso não será possível levar os membros, mas que o Órgão Gestor irá
506 com recurso próprio, e foi indicado para representar o Comitê no evento o Sr. Leonardo
507 Sampaio (IMASUL). O Sr. Mário (AEAGRAN) questionou sobre o grupo de trabalho de
508 cobrança, sendo respondido pela Presidente Daniele (FAMASUL) que os membros já estão
509 nomeados, mas não iniciaram os trabalhos ainda. O Sr. Mário (AEAGRAN) pontuou que
510 estão sofrendo pressões sobre esse assunto; o Sr. Paulo (AIEMS) pontuou que o medo é vir
511 uma decisão como medida provisória, projeto de Lei. A Presidente Daniele (FAMASUL)
512 informou que já está sendo discutido o Projeto de Lei do Marco de Recursos Hídricos e que
513 onde tem Comitê e não foi instituída a cobrança, o estado poderá deliberar sobre; se
514 entenderem que precisam discutir sobre o assunto, podem iniciar os trabalhos. Ficou
515 deliberado iniciar as reuniões com Câmara Técnica. A reunião para discussão do
516 enquadramento do São João foi agendada para o dia 9 de setembro, no município de Ponta
517 Porã. **Encerramento.** Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente agradeceu a
518 presença de todos e encerrou a reunião. Esta Ata será assinada por mim, pelo Presidente e,
519 em anexo, a relação dos membros presente que assinaram a lista de presença, via formulário
520 *Google* e relacionadas na presente Ata na verificação do quórum.

Campo Grande/MS, 4 de agosto de 2022.


Daniele Coelho Marques
Presidente do CBH Ivinhema


Leonardo da Silva Ramos
2º Secretário do CBH Ivinhema